

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ACTA N.º 39/2011

DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA 27 DE SETEMBRO DE DOIS MIL E ONZE

(Contém 29 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Andreia Martins Cardoso da Costa**-----
VEREADOR **Francisco Cota Rodrigues**-----
VEREADORA **Raquel Margarida Pinheiro da Silva**-----
VEREADOR **Hugo da Silva Ourique Lourenço** -----
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----
VEREADOR **Luís Guilherme Duarte Brasil**-----
VEREADOR **Alonso Teixeira Miguel**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 27 de Setembro de 2011, realizou-se no Centro Comunitário de Santa Luzia, a Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. -----

Pelas vinte horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

Período de Pré-Ordem do Dia

Após saudação, a Presidente agradeceu à Junta de Freguesia de Santa Luzia e à Assembleia Municipal o apoio na logística associada à realização da reunião pública, fazendo de seguida a descrição dos vários períodos da reunião aos presentes.-----

A Presidente distribuiu uma alteração de uma página de um documento, constante da ordem de trabalhos, sobre a admissão de um Técnico Superior na área da Engenharia Civil, acrescentando mais uma frase ao documento, respeitante ao facto de “ser susceptível a mais uma renovação”.-----

Deu conta de seguida de haver três actas para discussão e votação, a número seis, a trinta e sete e a trinta e oito de 2011, que anotou terem sido previamente distribuídas.----

A acta número seis de 2011 foi aprovada por maioria, com duas abstenções, do Vereador Luís Brasil e do Vereador Hugo Lourenço.-----

A Vereadora Raquel Silva efectuou clarificações em relação a intervenções feitas pela própria, na acta número trinta e sete, corrigindo de seguida a conclusão sobre o pedido de indemnização relativo aos danos numa viatura, aquando do corte de relva por parte dos Serviços Camarários, dando nota de que disse que não era possível confirmar se tinha sido o corte de relva a causar os danos no carro. A Vereadora corrigiu ainda uma informação dada pela mesma, na página vinte e um, último parágrafo, em que a própria responde ao Vereador Fernando Dias, sobre o reforço de verba presente na reunião. Recordou na altura ter dito que “o reforço tem a ver com apoios às Juntas de Freguesia, mas que necessitaram de um reforço, por não terem cabimento”, rectificando a afirmação e indicando é exactamente o contrário, que estes reforços têm de ter cabimento para depois serem deliberados.-----

A acta número trinta e sete de 2011 foi aprovada por maioria com duas abstenções, do Vereador Luís Brasil e do Vereador Hugo Lourenço.-----

A acta número trinta e oito foi aprovada por maioria com duas abstenções, da Vereadora Teresa Valadão e Vereador Hugo Lourenço, com a proposta de alteração do Vereador

Luís Brasil, na página vinte e um, de inclusão da palavra “concursoal” na respectiva entrada.-----

A Presidente passou de seguida à prestação de informações, com a distribuição da resposta da Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social, quanto ao pedido de informação sobre subsídios de precariedade económica, rendimento social de reinserção, verbas atribuídas a instituições, listagem de instituições sociais do concelho, investimentos em curso e previstos, perguntando de seguida aos Vereadores se tinham recebido a informação.-----

Relativamente à questão levantada pelo Vereador Luís Brasil, na passada reunião, sobre a data de início da intervenção na Avenida Tenente Coronel José Agostinho, a Presidente recordou que a resposta dada na altura estava relacionada com as negociações entre a EDA e a Tecnovia, dando conta de que estas já terminaram e que durante a próxima semana terá início a referida intervenção.-----

A Vereadora Raquel Silva deu conta de queixas de alguns munícipes sobre a demora na substituição de selos de residência e do facto desta, motivada pela preparação de documentos e deliberação camarária, poder dar origem a multas de estacionamento. A Vereadora disse ter contactado a Polícia de Segurança Pública, no sentido de que o requerimento recebido, aquando do pedido do selo seja exibido na viatura por um período de cerca de uma semana e meia, no máximo, de forma a evitar essas situações. Concluiu que lhe foi transmitido que fosse feito o pedido por ofício, indagando junto dos Vereadores se estes concordam com esta sugestão. O Vereador Alonso Miguel sugeriu que fosse fixado um prazo. A Presidente sugeriu que fosse de duas semanas, por uma questão de segurança. A Vereadora Raquel disse que iria enviar o pedido por escrito, anexando ainda uma cópia do requerimento, de forma a que este seja facilmente identificado.-----

A Presidente abordou, de seguida, a recomendação do PSD, a propósito da adesão à Carta Europeia de Segurança Rodoviária, referindo que depois de terem sido feitas várias tentativas para entender quais os pressupostos desta adesão, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária informou que a Carta Europeia de Segurança Rodoviária é uma plataforma europeia de participação, constituída por empresas, associações, instituições de investigação e autoridades públicas, que se comprometem a realizar acções concretas e a partilhar as suas boas práticas, a fim de resolverem os problemas de segurança rodoviária com que se deparam diariamente. O objectivo da Carta é ajudar a reduzir o número de mortes na estrada, tendo mais de dois mil signatários. A Presidente afirmou que já dispunham desta informação e que não estão

claras as condições para a adesão, sublinhando a dificuldade em obter informações, não obstante de continuar a tentar reuni-las.-----

A Presidente informou que o Museu de Angra do Heroísmo solicitou a colaboração da Câmara nas Jornadas Europeias do Património 2011. Referiu que há parecer favorável e que, de acordo com a informação prestada, a promoção do património é uma competência da Câmara Municipal, dando conta de que, atendendo à urgência, houve necessidade de autorizar, vindo o pedido de colaboração para ratificação na próxima reunião de Câmara.-----

Na sequência das condições do mar do corrente dia, a Presidente informou que houve um abatimento na Estrada Gaspar Corte-Real, com quatro metros de diâmetro, tendo por isso a via sido fechada ao trânsito, para avaliação dos danos. Informou ainda sobre o fecho de um troço na Estrada Regional, no sentido São Mateus, que anotou ter sido pontual.-----

O Vereador Luís Brasil perguntou pela intervenção que já estava a ser feita na Estrada Gaspar Corte-Real. A Presidente referiu ter-se feito uma intervenção ao nível de pinturas. A Vereadora Raquel Silva acrescentou que foram feitas sondagens tendo em conta esses abatimentos, enfatizando que o sítio onde abriu o buraco é o mesmo onde abre sempre, indicando ainda que já foram feitas várias recuperações, mas que este, com a força das ondas, voltou a abrir. Concluiu que a estrada permanecerá fechada até que sejam apurados os danos.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou se no caso de São Mateus houve também abatimento. A Vereadora Raquel Silva respondeu negativamente, afirmando que o troço foi fechado pelo facto de o mar ter chegado à estrada.-----

O Vereador Hugo Lourenço colocou uma questão relacionada com os buracos na avenida da Tenente Coronel José Agostinho. A Presidente indicou que deu essa informação no início da reunião e que a intervenção terá início na próxima semana.-----

O Vereador Alonso Miguel deixou uma recomendação, sobre os assuntos fora da agenda, apontando que quando estes surgem é conveniente terem informação relativa aos mesmos, referindo ainda que já houve situações em que tomou decisões que seriam outras, se tivesse tido o apoio da informação adicional. A Presidente respondeu que quando as informações chegam até às dezasseis horas, de sexta-feira são sempre disponibilizadas aos Vereadores, fazendo referência ao facto de haver informações que chegam no próprio dia da reunião, indicando, ainda, a hipótese de ser pedido um intervalo para apreciação do assunto em causa.-----

Não havendo mais questões, a Presidente passou ao período da ordem do dia.

Período da Ordem do Dia

DELIBERAÇÕES LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES

Selos de Residente

Ent. 4809 – Pedido de emissão de selo de residente, efectuado por Moisés Ramiro Pires de Castro, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 4813 – Pedido de emissão de selo de residente, efectuado por Simão Armas Medina, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 4821 – Pedido de emissão de selo de residente, efectuado por Adriana Paula Pontes Pinheiro de Castro, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 4836 – Pedido de substituição de selo de residente, efectuado por Angelo Lemos Silveira, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 4843 – Pedido de substituição de selo de residente, na sequência de extravio, efectuado por José Gabriel Borba, para autorização do órgão executivo, nos termos dos artigos 11.º e 16.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Selo Mensal

Ent. 4855 – Pedido de emissão de selo mensal, efectuado por Paulo Miguel Borges Garcia Ponte Simão, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 9.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 4883 – Pedido de emissão de selo mensal, efectuado por Adelino Manuel Rodrigues Ferreira, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 9.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Espectáculos de Variedades ou Diversão (strip-tease)

Ent. 4758 – Pedido de emissão de licença para espectáculos de variedades ou diversão (strip-tease), até 31 de Dezembro de 2011, das 20 às 4 horas do dia seguinte, no estabelecimento denominado “ELP BAR”, sito no Caminho do Porto Judeu, n.º 163, freguesia de São Sebastião, efectuado por Letícia da Cruz, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 13.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2003/A, de 11 de Março. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, indeferiu este pedido.** -----

A Presidente indicou que a proposta é de indeferimento, por não reunir as condições necessárias. O Vereador Luís Brasil questionou se o estabelecimento tem licença de utilização. A Presidente respondeu que para este fim, não tem.-----

O Vereador Alonso Miguel perguntou o que estaria em falta para que pudesse reunir as condições. A Presidente deu conta que essa informação é prestada pelos técnicos da autarquia, a qual constava em anexo, passando a ler a mesma. A Vereadora Raquel Silva acrescentou ainda uma questão relacionada com a exigência de uma sala de dança, de determinadas dimensões, para o licenciamento, anotando que o estabelecimento não reúne essas condições.-----

O Vereador Alonso Miguel sugeriu que quando houver proposta de indeferimento a mesma conste da entrada. A Presidente diferenciou a proposta do enquadramento legal, indicando a possibilidade do entendimento ser diferente por parte da Câmara Municipal, como disse já ter acontecido, por exemplo, na questão da retribuição dos Presidentes de Junta de Freguesia, no caso em concreto da proposta do PSD, em que as Juntas deveriam ser ressarcidas pela Câmara, quando a lei diz o contrário.-----

O Vereador Luís Brasil fez referência ao facto de haver publicidade a este espectáculo num jornal local. A Presidente indicou que essa é uma matéria de fiscalização, para qual disse existirem entidades competentes, ressalvando que foi transmitida a informação de que a reunião teria lugar no corrente dia. O Vereador retorquiu que os anúncios são prova cabal, no caso de contra ordenação, de que os espectáculos decorrem sem autorização.-----

A Presidente concluiu que nunca autorizou este tipo de espectáculos. O Vereador Alonso Miguel indagou sobre a deliberação no caso do estabelecimento cumprir os requisitos. A Presidente anotou as questões legais associadas, como a manutenção da ordem pública, que disse poderem levar ao indeferimento.-----

Licença Especial de Ruído

Ent. 4750 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, destinada ao lançamento de foguetes por ocasião da realização de uma tourada à corda, no dia 14 de Outubro de 2011, das 20 às 21 horas, na Canada de São Pedro, freguesia da Ribeirinha, efectuado

por Alberto Gonçalves de Melo, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 4759 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, destinada a música ambiente, por ocasião da realização de espectáculos de variedades ou diversão (strip-tease), até 31 Dezembro de 2011, das 20 às 4 horas do dia seguinte, no estabelecimento denominado “ELP BAR”, sito no Caminho do Porto Judeu, n.º 163, freguesia de São Sebastião, efectuado por Letícia da Cruz, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, indeferiu este pedido.** -----

A Presidente referiu que a proposta é de indeferimento.-----

Ent. 4850 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, destinada ao Rali Além Mar/XXXIII Ilha Lilás, para o dia 22 de Setembro de 2011, das 21:00 às 23:00 horas, no Largo Prior do Crato, dia 23 de Setembro de 2011, das 19:30 às 21:30 horas, no Largo Prior do Crato e dia 24 de Setembro de 2011, das 18:00 às 20:30 horas, no Largo Prior do Crato e das 21:00 às 5:00, no Parque do TAC, efectuado pelo Terceira Automóvel Clube, para ratificação do acto praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 27.º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal ratificou o acto administrativo praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

Cartão de estudante

Ent. 4747 – Pedido emissão de cartão de estudante para utilização de transporte inter-parques, efectuado por Iris Filipa Martins Dominguez. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 4767 – Pedido emissão de cartão de estudante para utilização de transporte inter-parques, efectuado por Marília de Fátima Pereira Leal de Castro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 4784 – Pedido emissão de cartão de estudante para utilização de transporte inter-parques, efectuado por Tiago Pedro Toste Vieira. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 4822 – Pedido emissão de cartão de estudante para utilização de transporte inter-parques, efectuado por Maria José de Meneses Godinho Lemos. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ocupação da via pública

Ent. 299 – Pedido de ocupação da via pública com mesas e cadeiras, na Rua de São Pedro, n.º 262, freguesia de São Pedro, efectuado por Maria de Fátima Nunes Gorgita Romeiro, referente aos meses de Janeiro a Dezembro de 2011, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Código de Posturas Municipais, conjugado com a alínea a) do n.º 5 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 4782 – Pedido de ocupação da via pública com carrinho de castanhas, destinado à venda de castanhas, numa área de 8 m2, no período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 2011, na Praça Velha, freguesia da Sé, efectuado por Carlos Henrique Gonçalves Ferreira, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Código de Posturas Municipais, conjugado com a alínea a) do n.º 5 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

DELIBERAÇÕES OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

Licenciamentos

Processo n.º 01/2010/278 – Requerimento datado de 6 de Setembro de 2011, de **João Fernando de Sousa Gomes**, residente na Rua da Igreja, nº 232, freguesia de Ribeirinha, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao pedido para construção de moradia no prédio sito à Atalaia, freguesia de Ribeirinha. Encontra-se munido de parecer favorável do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este licenciamento, nos termos do parecer técnico. -----**

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Empreitada da Casa de Chá do Jardim Duque da Terceira – Minuta do Contrato

Ent. 156 – Presente a minuta do contrato respeitante à empreitada da “Casa de Chá do Jardim Duque da Terceira”, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro. **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta minuta de contrato.-----**

Proposta para abertura de procedimento concursal

Ent. 1249 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal, para abertura de procedimento concursal para contratação por tempo determinado de um técnico superior na área de Engenharia Civil, através de recrutamento excepcional nos termos do artigo 10.º, n.º s 2 e 3, da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho. – **A Câmara Municipal, por**

maioria, com 3 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, aprovou esta proposta.-----

A Presidente informou que esta é a entrada que tem a alteração, na página distribuída no início da reunião, no segundo parágrafo.-----

O Vereador Alonso Miguel deu conta de que iria abster, porque o tinha feito na proposta que antecedeu esta.-----

Pedido de desclassificação de
moinho de vento

Ent. 941 – Novamente o pedido da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, datado de 4 de Fevereiro de 2010, no sentido de ser submetido à Assembleia Municipal para que desclassifique de imóvel de interesse municipal o moinho de vento sito na Canada do João Pacheco, Freguesia do Porto Judeu, nos termos do n.º 7, do artigo 94.º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. O pedido vem acompanhado de parecer da Junta de Freguesia do Porto Judeu, na sequência da deliberação do órgão executivo de 16-08-2011. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 5 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista, da Vereadora do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP e 2 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata, Luís Brasil e Hugo Lourenço, indeferiu este pedido, tendo em conta o parecer da Junta de Freguesia do Porto Judeu.**-----

O Vereador Alonso Miguel questionou se a proposta é de indeferimento, acrescentando que numa anterior reunião a proposta da Presidente tinha sido essa. A Presidente corrigiu a nota, dando conta de que nessa anterior reunião sugeriu que se ouvisse a Junta de Freguesia do Porto Judeu, por este moinho ser um dos poucos exemplares que existe no concelho e o único na freguesia. A Presidente disse que a Junta se pronunciou no sentido da não desclassificação, conforme já tinha feito referência, depois de uma conversa com o Presidente desta Junta. A Presidente fez de seguida o enquadramento da questão, referindo que o moinho foi classificado em 1996, ao abrigo de um Decreto Legislativo Regional em vigor, acrescentando que havia uma série de premissas bases para essa classificação, de acordo com o que é exigido pela lei, anotando de seguida

que não houve, desde então, alteração legal, nem ao estado físico do moinho. Informou ainda que os técnicos da autarquia se pronunciaram desfavoravelmente à desclassificação, assim como a Câmara, numa primeira apreciação e a Junta de Freguesia também. Continuou explicando que, por outro lado, a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo apresenta um parecer elaborado pela Projectangra, que alega que não estão reunidas as condições legais, avaliando os quatro critérios da classificação.-----

O Vereador Alonso Miguel tomou a palavra para dizer que o CDS-PP é contra a desclassificação do moinho.-----

A Presidente confessou ter dificuldade em votar, uma vez que leu a lei e que existem cinco critérios que podem conduzir à classificação do moinho: estar totalmente integro e a funcionar, anotando que não está, enumerou ainda a manutenção da integridade arquitectónica, com eventuais alterações, dando conta de considerar que é aqui que o moinho se enquadrará, indicando não ter a ficha técnica de momento, dando conta da nota do Dr. Victor Brasil que refere esta ficha, passando a ler a mesma, que dá conta de que o moinho laborava há cerca de cem anos. O mesmo diz que o moinho não é exactamente um exemplar dos mais ricos, mas que de qualquer forma é uma marca de uma época, de um estilo de vida e uma memória.-----

O Vereador Hugo Lourenço questionou quantos moinhos existem na Ilha. A Presidente disse que a informação constava do processo. A Vereadora Raquel Silva referiu que este, de todos, deve ser o mais pobre, devido ao seu estado. O Vereador Hugo Lourenço questionou os motivos que levam ao pedido de desclassificação, pondo a hipótese de haver interesse em dar outro fim ao terreno. Questionou de seguida de quem é a responsabilidade de manutenção do moinho. A Presidente respondeu que este é propriedade privada. A Vereadora Raquel Silva acrescentou que o moinho tem vindo a ser mal recuperado ao longo dos anos. Os Vereadores discutiram os objectivos desta desclassificação. A Presidente fez referência aos três moinhos de vento classificados do concelho, um nas Doze Ribeiras, um na Serreta e este, no Porto Judeu, na restante ilha, deu conta de dois nos Biscoitos e um em Santa Cruz na Praia da Vitória. Sobre moinhos de água, no concelho de Angra disse existirem dois na Conceição, dois em São Sebastião e um em Santa Luzia.-----

Os Vereadores voltaram a trocar impressões sobre a classificação e manutenção do moinho. A Vereadora Raquel sublinhou que as condições para construção neste terreno devem ser fortemente afectadas pela classificação do moinho.-----

O Vereador Hugo Lourenço manifestou que inicialmente ia votar contra, mas que tendo em conta a situação e o proprietário do terreno, eventualmente o moinho vai cair e a desclassificação será inevitável. A Presidente esclareceu que o facto de o moinho eventualmente ficar em ruínas não é motivo para desclassificação. A Vereadora Raquel Silva acrescentou que se este estivesse em ruínas teria maior valor arquitectónico do que tem hoje.-----

A Presidente fez uma declaração de voto, explicando ter votado contra a desclassificação porque as condições que presidiram à sua classificação continuam a manter-se.-----

Cartão Municipal do Idoso

Ent. 4847 - Relação do Gabinete de Desenvolvimento Económico, Humano e Social relativa a pedidos de emissão de cartões municipais do idoso, destinados aos seguintes munícipes: Teresina de Jesus da Rocha Tristão, Francisco Inácio Mendes, Mariano Vieira de Sousa, João Vieira Azevedo, Maria de Lurdes Pires Coelho, Rosa Maria Borges de Meneses Rocha, Maria da Conceição da Silva Medeiros, Luís Carlos Correia Fagundes; para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou a emissão dos cartões destinados aos idosos em causa.**-----

Recomendação do Partido Social

Democrata

Ent. 4788 – Recomendação dos Vereadores do Partido Social Democrata, datada de 14 de Setembro de 2011, no sentido de serem promovidos os produtos locais agro alimentares no *site* da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e em todos os meios

que a Edilidade julgue possíveis, oportunos e adequados. – **A Câmara Municipal retirou este assunto.**-----

A Presidente questionou se Vereadores do PSD queriam apresentar a proposta. Os Vereadores responderam negativamente.-----

A Presidente começou por abordar o enquadramento legal, nos termos das responsabilidades da Autarquia, anotando que não é referido na proposta em que artigo se enquadra esta divulgação dos produtos locais agro-alimentares. Questionou se os Vereadores lhe podiam dar essa informação, uma vez que disse ter feito uma avaliação das competências da Autarquia e que não encontrou enquadramento legal. A Presidente referiu de seguida entidades como a Associação Agrícola da Ilha Terceira, a Associação de Jovens Agricultores da Ilha Terceira, a Fruter, a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, entre outras, que disse terem como uma das suas competências promover os produtos locais, em cada uma das respectivas áreas, anotando que há um conhecimento de cada uma destas áreas de actividade, por parte destas entidades, do qual a Câmara não dispõe. Diferenciou uma possível proposta de ser feito um link, na página da Câmara para estas associações, ou ainda questionar estas associações sobre que tipo de divulgação utilizam, para promover os seus produtos.-----

O Vereador Alonso Miguel sugeriu que se retirasse a proposta para que fosse reagendada para outra reunião em que o autor da proposta, o Vereador António Ventura, estivesse presente, de forma a que este pudesse responder a estas perguntas.-

O Vereador Luís Brasil fez referência à questão do enquadramento legal, questionando o facto de a Câmara não ter essa competência. A Presidente deu conta de este ser o seu entendimento. O Vereador pediu um parecer dos serviços jurídicos sobre esta questão, acrescentando ainda que os produtos descritos na proposta estão muito ligados à marca Açores, que disse terem conotações no que diz respeito à promoção turística da Região e do Concelho, ressaltando a importância da promoção destes na página da Câmara. A Vereadora Raquel Silva considerou que a criação de um link no site da Câmara para as entidades que fazem a promoção destes produtos não lhe parece despropositado. A Presidente concordou com a opinião do Vereador Luís Brasil na questão da ligação destes produtos à marca Açores, ressaltando o investimento que

tem sido feito na promoção desta marca, dando alguns exemplos e questionando de seguida em que moldes o site da Câmara poderia fazer esta promoção, referindo ainda os pormenores operacionais. O Vereador Hugo Lourenço anotou que o autor da proposta tinha ideias sobre a forma de fazer essa promoção, explicando a competência necessária para fazer esta promoção, nomeadamente no que diz respeito a conhecimentos que o próprio disse não ter. A Presidente sublinhou a necessidade de adquirir serviços de forma a fazer essa publicidade e dos custos que estes acarretam, dependendo do tipo de promoção. A Vereadora Raquel Silva reiterou esta ideia, dando conta de que a Câmara não dispõe de serviços para criar uma marca. O Vereador Luís Brasil distinguiu a promoção dos produtos produzidos no Concelho da criação de uma marca. A Vereadora Raquel Silva afirmou a necessidade de entender os moldes em que seria feita essa divulgação, dando novamente conta que considerar que um link no site da Câmara para entidades ligadas à promoção dos produtos seria o ideal. A Presidente concordou, afirmando a necessidade de entender os contornos da proposta, manifestando não discordar da mesma.-----

Açores incluídos em livro de principais
destinos de mergulho

Ent. 4877 – Circular da ART Açores – Associação Regional de Turismo, de 27 de Junho de 2011, respeitante à inclusão dos Açores num livro de principais destinos de mergulho do mundo, para conhecimento do órgão executivo municipal. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

A Presidente referiu ter sido dado conhecimento verbal da inclusão da baía de Angra neste livro, com um capítulo sobre os Açores, anotando que a respectiva informação é para conhecimento. O Vereador Luís Brasil questionou a língua de publicação do livro. A Vereadora Raquel Silva respondeu que a publicação é em alemão.-----

Remessa de informação da Comissão
Nacional de Eleições sobre uma
participação feita por um cidadão

Ent. 4810 – Ofício n.º 3902, de 15-09-2011, da Comissão Nacional de Eleições, remetendo informação respeitante ao arquivamento da participação feita por cidadão

contra a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, por distribuição de material de propaganda à candidatura de Manuel Alegre juntamente com a publicidade institucional relativa à requalificação urbana da Praça Velha, para conhecimento do órgão executivo municipal. - **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

A Presidente fez o enquadramento da informação, anotando que a mesma foi referida em reunião de Câmara, relativa a uma participação de um cidadão, à Comissão Nacional de Eleições, que entendeu que a Câmara tinha feito campanha pelo candidato Manuel Alegre, juntamente com publicidade institucional. A Presidente referiu que não é a Câmara que faz essa distribuição, mas sim os CTT, dando de seguida conta de que a queixa foi arquivada.-----

Período da Intervenção do Público

A Presidente abriu o período da intervenção do público, com o agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia, Senhor Guilherme Brasil, pelo apoio prestado à logística da organização desta reunião de Câmara, dando conta do gosto da própria em trabalhar com ele, ressaltando-lhe o espírito crítico e o sentido de responsabilidade.-----

Antes de passar a palavra, a Presidente referiu a proposta da Junta de Freguesia de Santa Luzia, sobre a cedência do imóvel localizado ao lado da Junta, desocupado, para criação de um espaço autónomo para funcionamento do Centro Comunitário. Deu conta de um conjunto de questões que tiveram de ser avaliadas, a propósito de pedidos de espaços para sedes de instituições, que disse estarem a ser apreciados em paralelo com a desactivação das escolas das proximidades, considerando de se estar em condições, numa das próximas reuniões, de trazer essa proposta, em conjunto com outras cedências para deliberação. Considerou que, nos tempos que correm, é necessário dar um fim aos imóveis disponíveis, em vez de construir novos, dando conta da percepção deste facto pela Junta de Freguesia, concluindo concordar com a proposta feita pela Junta.-----

A Presidente apresentou, de seguida, a empreitada a ser desenvolvida pelos Serviços Municipalizados na Ladeira Branca, referindo que a elaboração do projecto está em curso. Fez referência, ainda, à empreitada das Figueiras Pretas, sublinhando a importância da mesma para a freguesia e que a mesma está a desenvolver-se muito bem, no sentido de garantir as condições de segurança rodoviária e de melhoria de

condições dos habitantes da zona. A Presidente passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia. -----

O Presidente da Junta de Freguesia, Guilherme Brasil, começou por saudar a Presidente em nome do próprio e dos colegas autarcas, passando então à exposição de algumas questões. Começou por fazer referência à Escola de São João de Deus em relação ao espaço e à falta de brinquedos. A Presidente respondeu que as exigências dos espaços infantis não permitem a utilização de equipamentos desactivados, fazendo referência à intervenção no Parque Infantil de Santa Luzia e sublinhando as melhorias efectuadas. Anotou que têm sido feitos investimentos, anualmente, nos parques escolares e não escolares, dando exemplos dos investimentos mais recentes, como Santa Luzia, Relvão, Altares, Raminho e São Bartolomeu enfatizando a existência de outras necessidades e que esta será tida na devida conta.-----

O Presidente da Junta de Freguesia apontou de seguida a questão relacionada com a Rua Maria Cândida, dando conta de ser uma “pedra no sapato”, questionando sobre a previsão do início do segundo pacote, onde disse ter informação que esta seria incluída. A Vereadora Raquel Silva respondeu que, em relação ao primeiro pacote, vai ser assinado o contrato. Indicou que tinha sido estipulado que, se o segundo pacote, decorrente da empreitada, demorar muito tempo, pode-se fazer, com pessoal próprio, a bolsa de estacionamento que permite lugar para sete carros, que anotou não resolver o problema dos residentes, mas que disse ser uma ajuda. Afirmou de seguida a intervenção de fundo da rua, que explicou estar relacionada com a picagem da pedra, para diminuir a derrapagem e garantir a segurança rodoviária, que disse que tem de ser feita através de um pacote grande. O Presidente da Junta de Freguesia retorquiu que o problema não é o estacionamento, mas sim a segurança rodoviária e dos problemas que ali se verificam, considerando que essa sim deve ser a prioridade.-----

O Presidente da Junta apresentou de seguida uma questão sobre a previsão do início das obras de saneamento básico. O Vereador Francisco Cota Rodrigues tomou a palavra para sublinhar a importância da obra na Ladeira Branca, uma vez que os terrenos não são muito permeáveis e que por isso as fossas não escoam as águas residuais. Reiterou a importância da intervenção, ressaltando que a legislação actual aponta para que as pessoas voltem a activar as suas fossas. Indicou que de momento se está na fase de projecto para se lançar o concurso no próximo ano e iniciar a obra também no próximo ano.-----

O Presidente da Junta de Freguesia referiu a questão da cedência do imóvel para o Centro Social, anotando a necessidade deste, uma vez que a freguesia não tem um

local para desenvolver actividades como aniversários ou casamentos. A Presidente anotou que antes de Fevereiro de 2012 não poderão haver alterações, dando conta de haver um conjunto de situações que têm de ser mudadas.-----

O Presidente da Junta colocou de seguida outra questão, relativa ao parque infantil, sobre a possibilidade de instalação dos carrinhos eléctricos. A Vereadora Raquel Silva respondeu que o Chefe de Divisão ficou de avaliar a questão e de ver a situação com as oficinas, indicando que à partida será possível e que se tentará fazer o serviço com pessoal próprio. O Presidente felicitou a Câmara, a propósito do parque infantil, citando uma pessoa, que anotou não estar presente, que diria que este é “uma flor de jasmim no centro da freguesia”.-----

O Presidente da Junta referiu-se ainda à intervenção na calçada da Rua do Rego e à intervenção na Rua da Pereira. Anotou ainda a existência de um ofício sobre o Chafariz Velho, anotando que se comunicou sobre a possibilidade de asfaltarem uma parte, mas que o informaram que não é possível, concluindo que essa zona também terá de ser reparada, referindo ainda a asfaltagem, prevista para 2012, da Memória para cima, que a Presidente disse ser uma obra do pacote quatro. O Presidente da Junta de Freguesia concluiu serem obras benéficas para a freguesia.-----

A Presidente questionou sobre a manutenção e limpeza das traseiras de uma sobra de terra, indagando se esta foi feita pela Junta. O Presidente assentiu, dando conta dos encargos que esta acarreta. A Presidente sugeriu que se pensasse numa solução que não acarretasse tantos custos. O Presidente da Junta de Freguesia indicou que são cerca de dois metros, que disse não servirem para nada, colocando a hipótese de se fazer um jardim. A Vereadora Raquel referiu que irá agendar uma visita à zona com os técnicos para pensarem numa solução.-----

Sobre os selos de residente agendados para a reunião de câmara, o Presidente da Junta de Freguesia referiu sobre as questões da perda de competências da Presidente da Câmara, dando ainda nota de não concordar com uma série de situações, dando o exemplo de um artigo de um Vereador sobre esta temática das competências, que dizia estar tudo bem, concluindo que os Vereadores deviam primeiro passar por uma Junta de Freguesia antes de se tornarem Vereadores e políticos.-----

A Presidente agradeceu a intervenção do Presidente da Junta, perguntando aos presentes se tinham alguma questão a colocar, pedindo aos munícipes para se identificarem, para efeitos da redacção da acta.-----

O Senhor Jorge Azevedo tomou a palavra, dando conta de ser do PSD e de fazer parte da Assembleia de Freguesia, apresentando uma questão relacionada com a alteração dos contratos dos *mini-bus*, questionando se esta alteração contempla a passagem pelos parques da freguesia. A Presidente respondeu que o actual contrato já terminou e que a nova configuração deverá ser apreciada numa das próximas reuniões de Câmara, indicando que ainda não consegue dar uma resposta sobre o que vai acontecer. A Presidente explicou que este transporte foi instituído como inter-parques, até agora gratuito, contemplando o parque do Bailão e o da Praça de Toiros, anotando não ser possível criar um circuito que passe por todos os estacionamento, acrescentando que se está a pensar fazer uma alteração dos circuitos, mas que não será possível passar em toda a cidade. O Senhor Jorge Azevedo mencionou o percurso que passa no Corpo Santo, de dez em dez minutos, dando conta de ir muitas vezes vazio e ressaltando a não existência de parques nessa zona. A Presidente deu conta de que essa passagem no Corpo Santo foi uma das já abordadas.-----

O Senhor Teófilo Silveira tomou a palavra para colocar duas questões, a primeira relacionada com os parquímetros, que disse já ter sido levantada pelo Presidente da Junta de Freguesia e uma segunda questão sobre passeios. A Presidente respondeu que a primeira já tinha sido tomada em consideração e a segunda, no âmbito das reparações feitas pelos funcionários da Câmara, disse que iriam enquadrar essa pretensão.-----

A Senhora Raquel Mendes interveio para dar conta da existência de uma poça de água em frente à sua casa, no Caminho de São João de Deus. A Presidente questionou qual o número da porta e se o caminho é de calçada. O Presidente da Junta respondeu que é de asfalto, indicando haver um ofício sobre o assunto. A Presidente afirmou que se irá ver quais as possibilidades de correcção da situação.-----

O Presidente da Junta mencionou de seguida o alargamento da Canada Nova, anotando que pediu que fosse tido em consideração para 2012, referindo que não há mais nada a fazer naquela zona, indicando a cedência de vinte metros quadrados do terreno de um proprietário, que pede que lhe construam o muro, dando conta de que a Vereadora Raquel Silva esteve lá e que está por dentro do assunto.-----

A Presidente aproveitou para falar ao Presidente da Junta sobre o início dos trabalhos de preparação do orçamento, inclusivamente a componente de delegação de competências. Fez referência ao facto de o Presidente e a Junta de Freguesia terem optado, nos últimos anos, por intervenções ao nível da rede viária, dando conta de considerar útil fazer-se uma avaliação, em termos de orçamento, nomeadamente sobre

o custo do alargamento e transporte de materiais, e ver se é enquadrável ou não, ao nível da delegação das competências. A Vereadora Raquel Silva ressaltou a dimensão do terreno e a dificuldade do trabalho de alargamento da estrada e de construção de um muro de contenção, referindo ainda o número de trabalhadores necessários para efectuar o trabalho. A Presidente deu conta de ter sido feita uma intervenção semelhante no Posto Santo por empreitada. O Presidente da Junta referiu que a questão da cedência de terreno, por parte da proprietária, seria de aproveitar, ressaltando ainda a possibilidade de a mesma poder vir a mudar de ideias.-----

A Senhora Graça Silveira tomou a palavra para saber sobre o ponto em que se encontra o projecto para o saneamento básico da Ladeira Branca, referindo que faz em Dezembro dois anos que foi aprovada a obra e que no orçamento de 2010 haver um milhão de euros para essa a mesma. Referiu que, aquando da reunião onde a obra foi aprovada, o Vereador já sabia que os terrenos eram pouco permeáveis, questionando o motivo da demora da sua adjudicação. O Vereador Francisco Cota Rodrigues deu conta de que os Serviços Municipalizados têm outros projectos e outros serviços igualmente prioritários, indicando que esta obra é uma necessidade e explicando que foi lá constatar a permeabilidade do terreno. Esclareceu que, nesta fase, o projecto está feito e que será aberto o concurso público em breve e que a obra vai ser orçamentada e realizada no próximo ano. A Senhora Graça Silveira sublinhou o facto de a obra ter sido orçamentada em 2010. O Presidente da Junta negou a afirmação, corrigindo-a, no sentido em que a obra constava no orçamento de 2011. A Senhora Graça Silveira disse que a importância da obra foi constatada e aprovada por unanimidade por todos numa reunião de trinta de Novembro de 2009. O Presidente da Junta anotou que se fala desse projecto há mais de vinte anos, inclusive por outros Presidentes de Junta. O Vereador Francisco Cota Rodrigues concluiu que o projecto está pronto, que será aberto concurso e que a obra será feita.-----

A Presidente acrescentou que foi incluída uma proposta relativamente ao saneamento básico de Santa Luzia, em 2009, no plano e orçamento da Câmara e Serviços Municipalizados com vista à execução do projecto, anotando as preocupações manifestadas pelo Presidente da Junta nesse sentido.-----

A Senhora Graça Silveira referiu a adjudicação da verba foi em 2009. A Presidente esclareceu que não existem adjudicações de verba, mas sim de empreitada, concluindo que as verbas foram incluídas para a execução do projecto, que disse estar concluído, para agora ser lançada a empreitada. Deu conta que é do conhecimento público que

esta é uma empreitada bastante onerosa. O Vereador Alonso Miguel anotou o facto de a proposta ter sido aprovada em Dezembro de 2009. A Presidente retorquiu que o desejável é que as obras decorram dentro daquilo que são as melhores intenções de todos, ressaltando a existência de condicionantes, nomeadamente fases imputadas à Autarquia, outras aos empreiteiros, referenciando exemplos de outros casos, a nível nacional e de obras que, com contrato assinado, acabam por não ser executadas. O Vereador Alonso Miguel concordou com a existência destas condicionantes.-----

O Presidente da Junta referiu a polémica e a discussão do saneamento básico na comunicação social, manifestando descrédito em relação a posições partidárias respeitantes a essa questão. O Vereador Alonso Miguel recordou que a primeira proposta que chegou à Câmara Municipal foi apresentada pelo CDS-PP. O Vereador Francisco Cota Rodrigues sublinhou que se deslocou ao local para constatar a necessidade da obra, do ponto de vista técnico, concluindo que não há outra maneira de resolver o problema e que é por isso que vai ser feita e não por propostas de partidos, que disse não terem conhecimentos técnicos para tal. Deu ainda conta de ser uma obra cara, porque vai corrigir defeitos do saneamento básico, explicando os processos das águas residuais e a correcção destes. Referiu ainda que a necessidade de fazer a intervenção data de há vinte anos e que esta será feita para o ano.-----

A Senhora Graça Silveira questionou se, mesmo depois da aprovação constatassem que, a nível técnico a obra não era necessária prosseguiriam com o processo. O Vereador Francisco Cota Rodrigues afirmou que há muitos casos destes, onde politicamente se decide uma coisa, que tecnicamente não é precisa, concluindo que só é feito o que é necessário. A Presidente constatou que actualmente se vive uma fase em que tudo é posto em causa, anotando por isso que uma obra de saneamento não seria excepção, ressaltando ainda a possibilidade de tal acontecer, dando conta de não se saber qual o orçamento da Câmara Municipal para o próximo ano. O Vereador Francisco Cota Rodrigues reforçou esta ideia, indicando que ninguém sabe quais os constrangimentos que poderão ter, em termos orçamentais, garantindo que a obra é necessária e manifestando empenho na concretização da mesma.-----

A Presidente referiu-se à apresentação, pelo Primeiro-Ministro, do Livro Verde para a Administração Local, que disse contemplar uma série de iniciativas, em quatro áreas distintas, que vão desde a reorganização do território, realçando o facto de para o ano não se saber se existe a freguesia de Santa Luzia ou o concelho de Angra do Heroísmo. O Vereador Hugo Lourenço anotou que há-de pertencer a alguém. A Presidente concordou, acrescentando que esse alguém há-de definir as prioridades que entender.

Referiu ainda a objectividade necessária, dando conta de que no documento também é referido o sector empresarial local, nomeadamente as empresas municipais, dando conta de a sua existência estar em causa, em que apenas uma das condicionantes é o facto de serem deficitárias. O Presidente da Junta interveio para referir os aumentos dos encargos nas Juntas de Freguesia.-----

O Senhor Fernando Melo tomou a palavra, começando por referir o facto de Santa Luzia ser uma freguesia histórica e de actualmente ser uma freguesia fantasma, facto que disse ter sido motivado pela existência de uma Sociedade, que disse ter sido retirada e que, na altura, os membros da Sociedade chegaram a acordo com o dono do imóvel, tendo sido depois enviado um ofício à Câmara, a pedir obras de melhoramentos na Sociedade, que disse ter ficado degradada após o sismo. Deu conta de que foi enviado um ofício para a Câmara a pedir que esta adquirisse o imóvel. A Presidente questionou em que data foi remetido esse ofício. O Senhor Fernando Melo respondeu que foi em 1985, concluindo que a Sociedade foi demolida e que na altura se perdeu parte da cultura de freguesia de Santa Luzia e de São João de Deus, enumerando as actividades desportivas praticadas antigamente, afirmando que agora não há nada. Anotou a importância da cedência de um imóvel que permitisse a reabertura da Sociedade. A Presidente deu conta de não ter conhecimento dessa situação, anotando que se iria inteirar dos compromissos assumidos pela Câmara. O Senhor Fernando Melo deu conta de ter documentação em relação ao assunto.-----

O Senhor Fernando Melo trouxe ainda outra questão para a discussão, relativa à Rua Ribeira dos Moinhos, anotando a existência de um problema com os carros estacionados, que disse serem um perigo, por o caminho ser muito estreito. A Presidente respondeu que vão colocar a questão à Comissão de Trânsito, para ser avaliada, juntamente com a Junta de Freguesia. A Vereadora Raquel Silva referiu uma preocupação manifestada, pela Junta de Freguesia, em relação à altura das valetas, indicando que a Comissão de Trânsito se pronunciou sobre este facto e que, como a rua é inclinada, as pendentes têm de estar assim. O Senhor Fernando Melo deu conta de que, mesmo com as obras, com chuva, a estrada não tem condições nenhuma. O Presidente da Junta referiu que o nível das casas, do lado direito, é bastante baixo, quando considerando os níveis de água que vêm da circular, acrescentando o facto de funcionários da Câmara já terem estado no local.-----

Sobre o estacionamento, a Presidente deu conta de a situação ter ido à Comissão de Trânsito e de não haver alternativa. Sobre a intervenção efectuada, a Presidente referiu

que esta foi feita de acordo com indicações dos responsáveis técnicos da Câmara, concluindo que tecnicamente é o melhor, para a água ser canalizada na valeta.-----

A Senhora Graça Silveira abordou uma questão relativa à proposta do PSD, sobre a promoção de produtos locais. O Vereador Luís Brasil defendeu a existência de informação em relação às indústrias produtoras. A Presidente anotou a dificuldade em promover, por exemplo, o leite do concelho de Angra do Heroísmo. O Vereador Luís Brasil deu o exemplo do queijo produzido nas Cinco Ribeiras. A Presidente deu conta de duas alternativas, a não invocação de marcas, apelando a características dos produtos ou então, por exemplo, um link para produtos de referência e a respectiva indicação das entidades produtoras. Os Vereadores discutiram as possibilidades. A Vereadora Raquel Silva indicou uma sugestão sobre a criação de um índice de produtos para os quais as entidades podiam submeter os seus produtos, referência que poderia ser feita através de um link para a página destas entidades. A Presidente ressaltou a importância de este tipo de intervenção ser feito por pessoas com conhecimento na matéria, de forma a fazer-se uma promoção com condições.-----

A Presidente deu a reunião como concluída, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância da discussão.-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

.....

A funcionária que lavrou a acta,

.....